

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
(AVISO DE LICITAÇÃO)
TOMADA DE PREÇOS - TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2018

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO da 20ª Região (CRESSMT), por sua Presidente, Assistente Social Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim e pela Comissão Permanente de Licitações, representada pela sua coordenadora, a Conselheira Tatiana Lima da Costa Refosco, torna público a quem possa interessar que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, se encontra aberta pelo prazo de 45 dias (quarenta e cinco) dias a Tomada de Preços – Técnica e Preço supramencionada objetivando a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, devidamente inscrita perante a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB / MT, que deverão prestar assessoria jurídica para a autarquia, e que esteja habilitado a desenvolver, elaborar e implementar as seguintes atividades: Assessoria Jurídica em geral seja na parte consultiva/administrativa como na contenciosa, patrocínio e/ou defesa de processos judiciais em geral, acompanhamento e ingresso de ações de execução fiscal referente a cobrança de anuidade, compreendendo a elaboração de petições judiciais, participação em audiências, elaboração dos recursos perante os órgãos judiciais e extrajudiciais nas esferas municipal, estadual, federal em todas as instâncias em que o CRESS-MT seja parte, representação perante o Juizado Especial Federal (receber intimações e citações), assessoria jurídica à diretoria, comissões de instrução, comissões de internas de apoio ao CRESS-MT, sessões de tomadas de depoimentos, oitivas de testemunhas e de julgamento de processos disciplinares éticos, assembleias, entre outros, mesmo quando realizados após as 18hs. Elaboração de manifestações e pareceres jurídicos. Elaboração de contratos e portarias. Participação em comissões de sindicância, sempre que convocado. Análise e assessoria ao cumprimento das normatizações do conjunto CFESS/CRESS, além de comparecer sempre que solicitado, bem como as demais designações constantes na minuta do contrato (Parte I) que é parte integrante deste edital. O preço total máximo a ser admitido é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano. As propostas que deverão estar acondicionadas em envelopes lacrados, fazendo referência à presente Tomada de Preços – Técnica e Preço, serão recebidas até às 18h00 horas do dia 12/06/2018, na sede do Conselho, sito na Rua Batista das Neves, 22 Edifício Comodoro 3º Andar, Sala 303 - Centro Norte, Cuiabá - MT, 78005-190, e os envelopes serão abertos às 14h00 horas do dia 13/06/2018 na sede do Conselho. O Edital contendo as especificações completas poderá ser retirado no site do CRESS-MT ou na secretaria do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 20ª Região/MT, na Rua Batista das Neves, 22 - Centro Norte, Cuiabá - MT, 78005-190, no horário das 12h às 18h, de segunda a sexta- feira, ou encontra-se disponibilizado através do site: www.cressmt.org.br Edital nº 03/2018 - Modalidade Tomada de Preços – Tipo Técnica e Preço – Processo Administrativo nº. 002/2018.

Cuiabá, 25 de abril de 2018.

Tatiana Lima da Costa Refosco
Coordenadora da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
(AVISO DE LICITAÇÃO)
TOMADA DE PREÇOS - TÉCNICA E PREÇO Nº 002/2018

I - DO PREÂMBULO

1.1 O Conselho Regional de Serviço Social do Estado de MATO GROSSO – CRESS-20ª Região/MT, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 015/2017, de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público que fará realizar licitação às 14h00 horas, horário local de Cuiabá, Edital n. 03/2018 na modalidade “tomada de preços - tipo técnica e preço” sob nº 02/2018, em sua sede, na sala de reuniões do Conselho, sito à Rua Batista das Neves, 22 - Centro, Cuiabá - MT, 78005-190, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica - item OBJETO e nas condições discriminadas no presente edital.

1.2 O presente Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados na sede do conselho, situado na Rua Batista das Neves, 22 - Centro, Cuiabá - MT, 78005-190, a partir do dia 26/04, no horário das 12h00 às 18h00 horas, de segunda a sexta-feira, e também através do site: **cressmt.org.br**

1.3 O recebimento dos envelopes “A” contendo a documentação de Habilitação, “B” Proposta técnica e “C” Proposta de Preços dos interessados dar-se-á **até às 18h00 horas do dia 12/06/18**, no Setor Secretaria e Protocolo do CRESS-MT, no endereço acima indicado.

II – DO OBJETO.

Constitui objeto desta licitação a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica por advogados membros de Sociedade Civil de Advogados, regularmente inscrita na OAB-MT, de interesse do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 20ª REGIÃO/MT, abrangendo dentre outras que o CRESS-MT demandar as esferas administrativas e judiciais trabalhistas, cíveis, administrativas, tributárias, de recuperação de créditos, além das ações ingressadas contra o CRESS-MT em todas as suas instâncias, órgãos e Tribunais, competindo ao Contratado prestar os seguintes serviços jurídicos:

- a) Análise e emissão de pareceres jurídicos nos assuntos enviados para sua apreciação, avaliando as implicações legais e possíveis desdobramentos;
- b) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com a consultoria e assessoria jurídica do Conselho;
- c) Emissão de pareceres jurídicos referente a interpretação de toda e qualquer legislação no âmbito federal, estadual e municipal e em especial às questões ligadas ao Serviço Social;
- d) Pareceres jurídicos quanto à interpretação de Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, Código de Ética Profissional do Assistente Social, Código Processual de Ética, Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, Regimento Interno e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie;
- e) Emissão de pareceres quanto à legalidade, competência e constitucionalidade das leis e atos do Poder Público;
- f) Acompanhamento e assessoria de processos éticos disciplinares envolvendo profissional integrante ou inscrito no conselho contratante, até decisão final do processo;
- g) Assessoria jurídica e acompanhamento pessoal de um responsável técnico quando em viagens e/ou reuniões do conselho contratante a nível regional e federal sempre com emissão de nota/manifestação jurídica, inclusive após às 18h00 horas e em finais de semana;
- h) Orientação jurídica para os setores, Comissões Internas e de Instrução de Processos e a Conselheiros(as) do CRESS-MT;
- i) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o ingresso de ações judiciais, bem como defesa dos interesses do Conselho contratante em processos judiciais na área empresarial, seja ela municipal, estadual ou federal e envolvendo matérias cíveis, trabalhistas, penais, administrativas, de recuperação de crédito, bem como em outras matérias de interesse do CRESS-MT e ainda, incluindo realização de audiências e interposição de recursos até última instância;
- j) Organização e/ou execução, de tarefas relacionadas com a representação do Conselho contratante nas esferas administrativas e judiciárias tanto na fase extrajudicial quanto na contenciosa, devendo para tanto a CONTRATADA se responsabilizar pelo cumprimento de todos os prazos processuais e extrajudiciais que se encontram sob seu patrocínio; k) Ajuizamento e acompanhamento até última instância de ações de recuperação de créditos promovida pelo CRESS-MT em face dos seus inscritos inadimplentes e com geração de boletos de custas/depósitos judiciais, dentre outros;

- l) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o acompanhamento e controle de ações judiciais e online, bem como de processos administrativos de interesse do Conselho contratante;
- m) Participação, acompanhamento e assessoramento ao contratante em reuniões, para discussão de assuntos pertinentes a ética, fiscalização, e outras questões a serem levantadas mesmo quando realizadas após as 18h00 horas ou aos sábados, em sessões extraordinárias marcadas pela Diretoria e Conselho Pleno em horários noturnos e nos finais de semana, desde que comunicado e/ou convocado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Ressalva: o prazo de convocação estará dispensado quando houver situações de emergência que demandarão da presença da sociedade contratada para consultoria na tomada de decisões pelo CRESS-MT e/ou ingresso de medida judicial de urgência;
- n) Apresentação de relatório mensal circunstanciado e atualizado sistematicamente sobre o andamento/fases dos processos éticos, administrativos, de execução fiscal e judiciais, dentre outros, bem como de manifestações jurídicas quando solicitado, cujo prazo para atendimento à solicitação será de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento desta;
- o) Execução de outras atividades inerentes à assessoria/consultoria jurídica que decorram do presente Contrato ainda que não estejam expressas neste instrumento, porém, que decorram da necessidade da contratante mesmo que agendadas após as 18h00 nos finais de semana;
- p) Elaboração de minutas de contratos, editais, portarias e demais atos a viabilizar a atuação do CRESS-MT administrativamente, extrajudicialmente ou após ingresso na fase contenciosa;
- q) Participação em Comissões de Sindicância sempre que convocado;
- r) Prestar informações de forma clara e adequada a Contratante quando solicitado, principalmente, quando envolver o cumprimento dos prazos e quais providências foram tomadas.
- s) Assessoria e acompanhamento a processos licitatórios e ao cumprimento da Lei de Licitações;
- t) Assessoria e acompanhamento as negociações anuais do Acordo Coletivo dos trabalhadores(as) (funcionários) do CRESS-MT.
- u) Responder e-mails em sua matéria, conforme a necessidade;
- v) Assessoria e acompanhamento das contratações e ou do/s concursos públicos do Órgão;

- w) Digitação e conferência de todas as atas de audiências e julgamentos de processos éticos, sindicâncias e atas das sessões de licitações;
- x) Cumprimento de um plantão semanal de no mínimo 4 horas na sede do Conselho para tratar de assuntos gerais que perpassam pelo âmbito jurídico, com cronograma a definir conjuntamente;
- y) Realizar capacitação à Comissão Permanente de Licitações referente a Lei 8666/93, demais legislações pertinentes, orientações das normativas do TCU, formas de contratações, quando solicitado;
- z) Participar de reuniões para o estabelecimento de fluxos relativos às normatizações e resoluções do CFESS, visando melhor aprimoramento do trabalho dos setores e comissões Internas do Órgão em interface com o jurídico, quando convocado; aa) Participar de reuniões de Diretoria/Plenos, comissões internas, assembleias e outros eventos, quando convocado.

2.1 – Do preço.

O preço total máximo a ser admitido é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), por ano e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensal.

III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar do presente processo, sociedades proponentes que tiverem tomado conhecimento da publicação do edital pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 20ª REGIÃO/MT.
2. Não poderão participar do certame, PROPONENTES que tenham em causa própria ou atuem como procuradores de terceiros, ações judiciais contra o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 20ª REGIÃO/MT.
3. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas interessadas, desde que não impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, por suspensão ou impedimento temporário, ou por estar declarada inidônea, durante a eficácia da punição, ou ainda em processo de liquidação ou falência.
4. Os participantes desta licitação deverão ter o ramo de atividade em consonância com o objeto da proposta.
5. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.
6. Não será permitida a sub-contratação total ou parcial ou cessão dos serviços decorrentes desta licitação.

7. Não serão aceitas propostas que não contiverem oferta para a totalidade do objeto desta licitação.

8. Cada licitante poderá nomear representante para atuar em seu nome nos atos desta licitação, mediante apresentação de Procuração por instrumento público ou particular ou carta-credencial, conferindo poderes ao representante para atuar em todas as fases deste procedimento licitatório, inclusive para oferecer impugnações, assinar atas, renunciar ou desistir de recursos e para todos os demais atos necessários. Caso seja titular da Empresa, deverá portar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.

9 A ausência de representação ou a incorreção de qualquer dos documentos referidos neste item não inabilitará a LICITANTE, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma no transcurso do certame.

10. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma LICITANTE.

11. A credencial ou Procuração integrará os autos do respectivo processo administrativo e deverá ser entregue em separado por ocasião da primeira sessão, no local, data e horário designados no preâmbulo deste Edital.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os envelopes “A”, “B” e “C” deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando em sua face os seguintes dizeres:

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 03/2018
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2018
ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 03/2018
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2018
ENVELOPE “B” - PROPOSTA TÉCNICA
PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 03/2018
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2018
ENVELOPE “C” - PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

4.2 Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar a Carta de Credenciamento, conforme modelo (Anexo I), a qual deve ser entregue diretamente à Comissão no início da sessão pública de realização desta licitação. Não sendo permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma proponente.

V - DOS DOCUMENTOS REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 O envelope “A”, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal, deverá conter:

5.1.1 Declaração da proponente, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo (em função do disposto no art. 97), conforme anexo II;

5.1.2 Declaração da proponente, afirmando a veracidade dos documentos apresentados; a sujeição aos termos desta licitação e o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo utilizar-se do modelo contido no anexo II;

5.1.3 Declaração da proponente, de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, podendo utilizar-se do modelo constante do anexo II;

5.1.4 Registro Comercial (no caso de empresa individual); Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na OAB-MT; Nota: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

5.1.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

5.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

5.1.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.8 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos com INSS, ou outra equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com FGTS, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.1.10 Certidão expedida pela OAB-MT onde conste a regularidade da sociedade cadastral;

5.1.11 Certidão expedida pela OAB-MT, em nome de todos os integrantes da sociedade sócios, associados e empregados, de que estão regularmente inscritos, não possuem impedimentos e não possuem débitos com a OAB-MT.

5.1.12 Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

5.2 O envelope “B”, contendo a documentação relativa à capacitação técnica, deverá conter:

5.2.1 A proposta técnica, bem como seus anexos, deverá ser elaborada de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como ser devidamente assinada pelo licitante ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas. Recomenda-se que todas as páginas estejam numeradas sequencialmente.

5.2.2 A proposta técnica, bem como seus anexos, deverá ser elaborada de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como ser devidamente assinada pelo licitante ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas. Recomenda-se que todas as páginas estejam numeradas sequencialmente.

5.2.3 A proposta técnica deverá ser apresentada no formato do anexo V da presente com o carimbo do CNPJ (MF) da proponente em todas as suas folhas, ou então, impressa em papel timbrado da mesma.

5.2.4 Serão critérios objetivos de pontuação as informações constantes do anexo V do presente edital.

5.2.5 No caso de empate, far-se-á, obrigatoriamente, o desempate por sorteio, o qual se realizará em sessão pública, nos termos do art. 45, parágrafo 3º da Lei, e ocorrerá no mesmo momento da abertura das propostas.

5.2.6 A proposta técnica deverá ser apresentada no formato do anexo V da presente com o carimbo do CNPJ (MF) da proponente em todas as suas folhas, ou então, impressa em papel timbrado da mesma.

5.2.7 Serão critérios objetivos de pontuação as informações constantes no Anexo V do presente edital.

5.3 O envelope “C” contendo a proposta de preço deverá conter:

5.3.1 A proposta de preços - Envelope “C” - deve conter a data, a identificação e assinatura do seu subscritor (proprietário ou responsável legal), redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, salvo se, inequivocamente, a falha não acarrete lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deve ser elaborada considerando as seguintes condições:

- a) o devido preço total para prestação dos serviços de acordo com item II.1 do edital.
- b) o devido preço mensal para prestação dos serviços de acordo com item II.1 do Edital
- c) o prazo de validade da proposta não inferior à 60 dias, contados da data de sua entrega.

5.3.2 No preço deverão estar inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas ocorridas na prestação, tais como e sem se limitar a: custos com viagens, estacionamento, alimentação, deslocamentos, honorários, lucro e demais bonificações, impostos, seguros, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem sobre a prestação do objeto desta licitação, não cabendo ao CRESS quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.

VI - DO PROCEDIMENTO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 Serão abertos os envelopes “A”, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes, procedida a sua apreciação.

6.2 Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5.1 deste edital.

6.3 Os envelopes “B” (proposta técnica) e “C” (proposta de preço) serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

6.4 Serão abertos os envelopes “B”, contendo a proposta técnica dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

6.4.1 Abertos os envelopes, a Comissão poderá efetuar a análise e julgamento na própria sessão, ou suspende-la visando a análise minuciosa das propostas técnicas apresentadas, devendo ser verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos neste edital, promovendo-se a desclassificação dos desconformes ou incompatíveis.

6.5 As PROPOSTAS serão analisadas e avaliadas levando-se em conta a compatibilidade com o objeto e estipulações constantes da documentação e com o cálculo do valor

comparativo final, que resulta da consideração dos elementos de homogeneização das PROPOSTAS.

6.6 O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 20ª REGIÃO/MT poderá, durante a análise da PROPOSTA, solicitar por escrito, a quaisquer dos PROPONENTES, esclarecimentos adicionais sobre a PROPOSTA e/ou seus anexos, vedada a inclusão posterior de qualquer documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA.

6.7 Após a data de abertura das PROPOSTAS, nenhum documento poderá ser anexado à mesma, com exceção daqueles que venham a ser solicitados por escrito pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO/MT durante a fase de análise, a título de esclarecimentos.

6.8 Durante o período compreendido entre a data de abertura da Proposta e a data da notificação do resultado do julgamento aos PROPONENTES, seus representantes ou outros interessados deverão abster-se de entrar em contato com os membros da comissão desta licitação, para tratarem de assuntos ligados à Proposta.

6.9 O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO/MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer PROPOSTA que não atenda plenamente esta documentação.

6.10 Serão desclassificadas as PROPOSTAS com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, conforme critérios estabelecidos no art. 48, da Lei nº 8.666/93.

6.11 A classificação das Propostas será de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas (50%) e de preços (50%), sendo declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota de Classificação Final, combinando nota técnica e nota financeira, conforme a fórmula e os pesos seguintes:

Em caso de empate entre duas ou mais propostas e, após obedecido o disposto no § 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93 e LC n.º 123/2006, a Comissão Permanente de Licitações procederá ao sorteio em ato público conforme previsto no § 2º, do art. 45, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.12 Verificando-se que todos os licitantes encontram-se habilitados e não havendo recursos acerca desta fase da licitação, serão abertos os envelopes “C” contendo a proposta de preços.

6.13 A realização desta Licitação será em ato público, promovido pela Comissão Permanente de Licitações, onde, da reunião, lavrar-se-á Ata, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deve ser assinada pela Comissão, proponente(s) vencedor(es) e demais proponentes e cidadãos presentes.

6.14 A equação matemática a ser utilizada para o cálculo da nota final é a que segue abaixo:

$$CF = NT \times (0,5) + NP \times (0,5)$$

Onde: NP = PMin. X 100 / P dividido por 2 (Preço Mínimo x 100; Preço dividido por 2)

Em que: CF = Classificação final alcançada pela licitante;

NT = Nota técnica obtida pela licitante;

NP = Nota preço obtida pela licitante

P = Preço ofertado pela licitante classificada para a execução dos serviços; e

PMin = Preço mínimo ofertado.

VII - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

7.1 Será desclassificada a proposta de preços que:

- a) ultrapassar o valor máximo fixado neste edital;
- b) cotar valor manifestamente inexequível, sendo que considerar-se-á inexequível preço ofertado inferior a 50% do valor máximo previsto no edital.
- c) não atender às exigências deste Edital e de seus anexos, que apresentar preços baseado em outra proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega e execução do objeto, inclusive, apresentar qualquer outra forma de remuneração não prevista neste edital;
- d) estiver em desacordo ou não obedecer às exigências mínimas estabelecidas neste edital.

7.2 A apresentação de proposta contendo emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas e interpretações ou modificações de qualquer item deste edital e seus anexos, bem como a falta de informações, implicará a desclassificação da proposta, salvo se, inequivocamente, a falha não acarrete lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

VIII - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO PRAZO

8.1 A prestação será contratada em regime de empreitada por preço global, por período de 12 meses, podendo ser renovados a critério da administração, por igual prazo, até o máximo de 60 meses.

8.2 Os serviços deverão ser prestados por profissionais e por meios habilitados na sede da CONTRATADA, além de comparecer sempre que solicitado com vistas a prestar assessoria à Diretoria, bem como para a realização das atividades objeto da presente licitação e respectivo Contrato de prestação de serviços, em estrita observância aos termos da legislação vigente, de forma a implementar metas de resultados globais que alcance índices de reconhecimento, confiabilidade, atendimento, satisfação, eficiência

do serviço, e ainda que alcance um bom nível de gestão dos serviços, sem ser desprezadas as seguintes gerências:

8.2.1 Descrição dos processos que visam garantir, na forma apropriada, o trabalho necessário para completar cada parte do desenvolvimento do objeto com sucesso e nos prazos legais previstos;

8.2.2 Mecanismos que garantam que a prestação do serviço irá satisfazer as necessidades para as quais foram contratadas, inclusive, observando os processos que se referem a identificação, análise e respostas para a completa adequação e cumprimento das normas legais.

8.3 Os serviços de assessoria e consultoria jurídica serão prestados à partir da assinatura contratual, que deve acontecer em 10 dias a partir da convocação, na sede do contratado, sendo no entanto necessário o comparecimento do contratado na sede do CRESS para a obtenção de dados, documentos, bem assim em reuniões a serem convocadas pela Diretoria, audiências, julgamentos e licitações, quando necessário, com agendamento prévio.

IX - DA ADJUDICAÇÃO

9.1 Homologado o objeto da presente licitação, o CRESS convocará a contratada para assinar o termo de contrato em até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº 8.666/93.

9.2 O CRESS poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

9.3 O prazo de trata o item 9.2 poderá ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93.

X - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO, DO VALOR MÁXIMO E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

10.1 Os faturamentos deverão ser efetivados em parcelas mensais, com pagamentos efetuados na conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega do faturamento, mediante a apresentação de Relatório e da Nota fiscal, cuja fatura terá seu débito autorizado junto à tesouraria na sede do CRESS-MT. A liberação de cada parcela fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através da CND e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

10.2 A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos existentes no atual e nos próximos orçamentos, em especial, mas sem se limitar, o da rubrica orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.04.003.

10.3 O preço contratado será fixo e irrevogável, ressalvado quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas, após a data da assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicar à revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

10.4 Em caso de renovação do contrato, por período superior a doze meses, a critério da administração e caso haja interesse do contratado, o mesmo manterá o mesmo objeto da presente licitação e do contrato já em vigor, o qual será reajustado pelo INPC do últimos doze meses que antecederam a renovação, ou outro índice que venha a substituí-lo.

XI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO E DA RESCISÃO DE CONTRATO, OBJETO DA LICITAÇÃO.

11.1 A recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido neste edital, estando a proposta dentro de sua validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

11.2 Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

11.3 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará à adjudicatária as sanções previstas neste edital e na legislação pertinente, especialmente, se a execução do serviço não atender às especificações propostas, ou estiver em desacordo com as exigências deste instrumento.

11.4 Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE e, os casos em que a CONTRATADA não ser causa, devido à peculiaridade de cada etapa do serviço, o atraso na execução dos serviços contratados, implica no pagamento pela CONTRATADA de multa diária no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, e em consequência isenta o CONTRATANTE do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso;

11.5 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº

8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato;

11.6 Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, lei Federal Nº 8.078 DE 11/09/90;

11.7 Os valores das multas serão deduzidos dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito ou inscritos na dívida ativa e cobradas judicialmente, na forma autorizada pelo § 3º do art. 86 da lei Federal nº 8.666/93 com demais alterações;

11.8 Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

11.9 O presente contrato objeto da licitação poderá ser rescindido na hipótese de ocorrerem quaisquer das situações elencadas nos incisos do artigo 77 e 78, e na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

11.10 Este ajuste poderá ser rescindido também, se a COTNRATADA subcontratar o direito do presente contrato sem a prévia aprovação do CONTRATANTE, bem assim, se a execução dos serviços não atender às especificações contratadas, ou estiver em desacordo com as normas técnicas legal e usualmente adotadas, excetuando-se os trabalhos e decisões que a CONTRATADA não der causa.

11.11 a troca eventual de documentos e cartas entre as partes CONTRATANTES referente ao objeto do contrato relativo à presente licitação, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

XII - DOS RECURSOS

12.1 Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

12.1.1 A Comissão Permanente de Licitações ou a Autoridade Superior desta Autarquia, receberá apenas recursos ou representações que tenham fundamento na Lei e que sejam dirigidos aos mesmos, em envelope devidamente fechado, constando de sua face os seguintes dizeres:

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2018

Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro-Cuiabá/MT
CEP: 78005-190 - Fones: (65) 3624-9313 (65) 3624-2095
cressmt@cressmt.org.br www.cressmt.org.br

PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

Ref.: Recurso Administrativo

12.1.2 A proponente interessada deverá anexar um Requerimento cuja finalidade seja a solicitação de protocolo do Recurso junto ao Setor de Protocolo, podendo utilizar-se do modelo constante do anexo III.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Para melhor apreciação da documentação de habilitação e propostas de preços, a Comissão Permanente de Licitações, reserva-se no direito de a qualquer tempo e em qualquer das fases da licitação, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente.

13.2 A simples apresentação da proposta à presente licitação leva ao entendimento de que a licitante concorda com os termos desta modalidade e com as disposições das Leis que a regem.

13.3 Fica reservado ao CRESS o direito de revogar ou anular a presente licitação, ainda que após o julgamento, sem que assista a qualquer proponente o direito a indenizações, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

13.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer impedimento para a realização desta Licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário, inclusive, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só iniciando-se e vencendo prazos em dias de expediente do CRESSMT.

13.5 Os envelopes de “Documentação, Técnica e Preço” não abertos, ficarão à disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos por este CRESSMT.

13.6 Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.7 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito à Coordenadora da Comissão Permanente de Licitações, podendo ser entregue até o dia 11/06, das 12h00 às 18h00 horas, de segunda a sexta-feira, na sede do CRESSMT, ou via por E-mail: cressmt@cressmt.org.br

13.8 Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e proponentes presentes.

13.9 O licitante poderá trazer as cópias para serem autenticadas pela administração autárquica até 02 (dois) dias antes da data de entrega dos envelopes, sendo que não serão efetuadas autenticações na data de abertura dos envelopes.

XIV - DOS ANEXOS DO EDITAL

14.1 - Integram o presente edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Modelo de credenciamento;
- b) Anexo II – Modelo de declaração de inidoneidade, declaração da veracidade dos documentos, declaração de sujeição aos termos do edital, declaração do cumprimento do art. 7º da CF e declaração de recebimento dos elementos do edital;
- c) Anexo III – Modelo de requerimento de protocolo de recurso administrativo;
- d) Anexo IV – Minuta contratual.
- e) Anexo V – Quadro da Proposta Técnica

Cuiabá-MT, 25 de abril de 2018.

ANDRÉIA MARIA DA CRUZ OLIVEIRA AMORIM
PRESIDENTE DO CRESSMT

TATIANA LIMA DA COSTA REFOSCO
COORDENADORA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ANEXO I

Dados da empresa proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do procedimento licitatório - Edital n. 03/2018 sob a modalidade Tomada de Preços – Processo administrativo Tipo Técnica e Preço nº 02/2018, instaurado por esta autarquia. Na qualidade de representante da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

_____, em ____ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável da proponente)

ANEXO II

Dados da empresa proponente

À Comissão Permanente de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório - Edital nº 03/2008 sob a modalidade Tomada de Preços - Tipo Técnica e Preço nº 002/2018, instaurado por esta autarquia, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, declaramos ainda, que:

- Assume inteira responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados.

- Se sujeita a todas as exigências, especificações e termos estabelecidos nesta modalidade de melhor preço – Modalidade Tomada de Preços – Tipo Técnica e Preço e seus anexos, bem como, sob as penas cabíveis, declara que,

- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, relativamente ao trabalho do menor;

- Recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável da proponente)

ANEXO III

Dados da empresa proponente

À Comissão de Licitações do CRESS 20ª Região/MT

Edital n. 03/2018 - Modalidade Tomada de Preços - Tipo Técnica e Preço nº 02/2018

SOLICITAÇÃO PARA PROTOCOLO DE RECURSO ADMINISTRATIVO REQUERIMENTO

Através do presente, (a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, participante da licitação em epígrafe, REQUER o protocolo do Recurso Administrativo constante do envelope anexo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

(local) _____, em ____ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal da proponente)

Obs.: Este Requerimento tem a finalidade única de, solicitar o protocolo de eventual Recurso contra o julgamento final da licitação, não devendo ser apresentado no envelope de documentação.

ANEXO IV

**MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO
O CRESS-MT, E DE OUTRO A EMPRESA _____.**

(MINUTA DE CONTRATO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA

Contrato nº _____

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços técnicos especializados de Assessoria Jurídica, de um lado CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS - 20ª REGIÃO, pessoa jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira, inscrito no CGC/MF sob nº. 00.89.350/0001-01, com sede na Rua Batista das Neves, nº. 22, Ed. Comodoro, 3º andar, Sala 303, Centro, Cuiabá/MT, CEP: 78.005-190, neste ato representado por sua Conselheira Presidente Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim, inscrita no CRESS sob nº 1711, portadora da Carteira de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx – SSP/PM e CPF/MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e por sua Conselheira Tesoureira, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CRESS sob nº xxxxx, portadora da Carteira de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx–SSP/xxx e CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado contratante ou CRESS, e de outro lado, _____, inscrito no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP. Xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado/a por seu/a representante legal, Sr/a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita na Ordem dos Advogados, sob nº xxxxxx, portadora da Carteira de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx – SSP/XX e CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx -, doravante denominada contratada.

FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

Cláusula 1ª – O presente Contrato é firmado com amparo no resultado da licitação que se processou pelo CRESSMT Edital n. 02/2018 Modalidade Tomada de Preços – tipo Técnica e Preço n. 003/2018 em que se sagrou vencedor o Contratado.

Parágrafo único: - Vinculam-se ao presente Contrato a proposta técnica e de preços apresentada pelo contratado, as quais ficam fazendo parte dele integrante.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 2ª – O Contrato tem por objeto Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica por advogados membros de Sociedade Civil de Advogados, de interesse do **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20.ª REGIÃO/MT**, abrangendo dentre outras que o CRESS-MT demandar as esferas administrativas e judiciais trabalhistas, cíveis, administrativas, tributárias, de recuperação de créditos, além das ações ingressadas contra o CRESS-MT em todas as suas instâncias, órgãos e Tribunais, competindo ao Contratado prestar os seguintes serviços jurídicos:

- a) Análise e emissão de pareceres jurídicos nos assuntos enviados para sua apreciação, avaliando as implicações legais e possíveis desdobramentos;
- b) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com a consultoria e assessoria jurídica do Conselho;
- c) Emissão de pareceres jurídicos referente a interpretação de toda e qualquer legislação no âmbito federal, estadual e municipal e em especial às a questões ligadas ao Serviço Social;
- d) Pareceres jurídicos quanto à interpretação de Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, Código de Ética Profissional do Assistente Social, Código Processual de Ética, Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, Regimento Internos e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie;
- e) Emissão de pareceres quanto à legalidade, competência e constitucionalidade das leis e atos do Poder Público;
- f) Acompanhamento e assessoria de processos éticos disciplinares envolvendo profissional integrante ou inscrito no conselho contratante, até decisão final do processo;
- g) Assessoria jurídica e acompanhamento pessoal de um responsável técnico quando em viagens e/ou reuniões do conselho contratante a nível regional e federal sempre com emissão de nota/manifestação jurídica, inclusive após as 18h00h00 horas e em finais de semana;
- h) Orientação jurídica para os setores, Comissões Internas e de Instrução de Processos e a Conselheiros/as do CRESS-MT;

- i) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o ingresso de ações judiciais, bem como defesa dos interesses do Conselho contratante em processos judiciais na área empresarial, seja ela municipal, estadual ou federal e envolvendo matérias cíveis, trabalhistas, penais, administrativas, de recuperação de crédito, bem como em outras matérias de interesse do CRESS-MT e ainda, incluindo realização de audiências e interposição de recursos até última instância;
- j) Organização e/ou execução, de tarefas relacionadas com a representação do Conselho contratante nas esferas administrativas e judiciárias tanto na fase extrajudicial quanto na contenciosa, devendo para tanto a CONTRATADA se responsabilizar pelo cumprimento de todos os prazos processuais e extrajudiciais que se encontram sob seu patrocínio;
- k) Ajuizamento e acompanhamento até última instância de ações de recuperação de créditos promovida pelo CRESS-MT em face dos seus inscritos inadimplentes e com geração de boletos de custas/depósitos judiciais, dentre outros;
- l) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o acompanhamento e controle de ações judiciais e online, bem como de processos administrativos de interesse do Conselho contratante;
- m) Participação, acompanhamento e assessoramento ao contratante em reuniões, para discussão de assuntos pertinentes à ética, fiscalização e outras questões a serem levantadas mesmo quando realizadas após as 18h00h00 horas ou aos sábados, em sessões extraordinárias marcadas pela Diretoria e Conselho Pleno em horários noturnos e nos finais de semana, desde que comunicado e/ou convocado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Ressalva: o prazo de convocação estará dispensado quando houver situações de emergência que demandarão da presença da sociedade contratada para consultoria na tomada de decisões pelo CRESS-MT e/ou ingresso de medida judicial de urgência;
- n) Apresentação de relatório mensal circunstanciado e atualizado sistematicamente sobre o andamento/fases dos processos éticos, administrativos, de execução fiscal e judiciais, dentre outros, bem como de manifestações jurídicas quando solicitado, cujo prazo para atendimento à solicitação será de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento desta;
- o) Execução de outras atividades inerentes à assessoria/consultoria jurídica que decorram do presente Contrato ainda que não estejam expressas neste instrumento, porém, que decorram da necessidade da contratante mesmo que agendadas após as 18h00h00 e nos finais de semana;
- p) Elaboração de minutas de contratos, editais, portarias e demais atos a viabilizar a atuação do CRESS-MT administrativamente, extrajudicialmente ou após ingresso na fase contenciosa;

- q) Participação em Comissões de Sindicância sempre que convocado;
- r) Prestar informações de forma clara e adequada a Contratante quando solicitado, principalmente, quando envolver o cumprimento dos prazos e quais providências foram tomadas.
- s) Assessoria e acompanhamento a processos licitatórios e ao cumprimento da Lei de Licitações;
- t) Assessoria e acompanhamento as negociações anuais do Acordo Coletivo dos trabalhadores (funcionários) do CRESS-MT.
- u) Responder e-mails em sua matéria, conforme a necessidade;
- v) Assessoria e acompanhamento das contratações e ou do/s concursos públicos do Órgão;
- w) Digitação e conferência de todas as atas de audiências e julgamentos de processos éticos, sindicâncias e atas das sessões de licitações;
- x) Cumprimento de um plantão mensal na sede do Conselho para tratar de assuntos gerais que perpassam pelo âmbito jurídico, com cronograma a definir conjuntamente;
- y) Realizar capacitação à Comissão Permanente de Licitações referente a Lei 8666/93, demais legislações pertinentes, orientações das normativas do TCU, formas de contratações, quando solicitado;
- z) Participar de reuniões para o estabelecimento de fluxos relativos às normatizações e resoluções do CFESS, visando melhor aprimoramento do trabalho dos setores e comissões Internas do Órgão em interface com o jurídico, quando convocado, bem como, participar de reuniões de Diretoria/Plenos, comissões internas, assembleias e outros eventos, quando convocado.

Parágrafo único: Sem prejuízo das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA ora relacionadas, a CONTRATANTE reserva o direito de contratar serviços jurídicos especializados quando necessário e quando existir risco à atividade do CRESS-MT.

DO VALOR CONTRATUAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 3ª – O valor total do Contrato é estipulado em R\$ (XXXXXX) mensais totalizando R\$ (XXXXXX) anual, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias constantes em rubrica específica.

Parágrafo único: Os valores contratados são fixos e irreajustáveis durante o período de vigência do Contrato.

Cláusula 4ª - Neste contrato, os termos e expressões terão a intenção e o significado adiante definidos:

DOCUMENTAÇÃO - Documentos que, formando um todo único e indissociável, definem e explicam todas as especificações e condições a serem observadas na execução dos serviços.

Incluem os seguintes documentos:

- **PARTE 1** - Autorização de Serviço

- **PARTE 2** - Lista de Preços

- **PARTE 3** - Termo de Adesão

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Todos os serviços a serem executados de acordo com a Documentação, objeto deste Contrato.

ÁREA USUÁRIA - Área responsável pela administração deste Contrato/Comissão Gestão de Contratos.

CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Cláusula 5ª - Ao aceitar estas condições, o(a) CONTRATADA(O) declara que tomou pleno conhecimento do objeto da presente Contrato.

Parágrafo único: Não será considerada pelo CRESS qualquer reclamação ou reivindicação por parte da(o) CONTRATADA(O) fundamentada(o) na falta de conhecimento das condições ajustadas.

PRAZO

Cláusula 6ª - O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que ambas as partes manifestem sua concordância, de acordo com o parágrafo 1º, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.

Cláusula 7ª - A recusa injustificada na assinatura do presente Contrato, hipótese prevista no art. 81, da Lei n.º 8.666/93, sujeita a(o) CONTRATADA(O), no que couber, às penalidades do art. 87 da mesma lei.

Cláusula 8ª - A(O) CONTRATADA(O) notificará o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, por escrito, sobre a causa de qualquer atraso, dentro de 5(cinco) dias corridos do início do mesmo.

Cláusula 9ª - Ao receber tal notificação da(o) CONTRATADA(O), o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS apreciará os fundamentos de fato e de direito, em especial os documentos comprobatórios do evento e a extensão do atraso, decidindo quanto à aceitabilidade das justificativas apresentadas, notificando a(o) CONTRATADA(O) por escrito, sobre sua decisão e alterações a serem feitas no Contrato, se for o caso, para autorizar ou não a prorrogação de prazo, necessária para o cumprimento do Contrato.

PREÇOS

Cláusula 10ª - Os preços estabelecidos são firmes e irrevogáveis.

Cláusula 11ª - É vedado à(ao) CONTRATADA(O) pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua proposta.

MULTAS

Cláusula 12ª - Caso a(o) CONTRATADA(O), ressalvados os casos fortuitos e de força maior definidos na legislação civil desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE, não cumpra com qualquer um dos dispositivos contratuais e exigências, ficará sujeita ao pagamento de multa diária correspondente a 1% (um por cento) do valor do faturamento do mês em curso, não capitalizável, até o cumprimento das referidas exigências, contados da data do recebimento da comunicação, em caso de primeira falta. Tal multa será comunicada através de notificação à(ao) CONTRATADA(O).

Cláusula 13ª - Caso haja reincidência, a multa diária elevar-se-á para 2% (dois por cento) do valor do faturamento do mês em curso, igualmente não capitalizável.

Cláusula 14ª - A multa a que se referem os subitens 1 e 2 deste Item, será aplicada mensalmente, deduzindo-se dos créditos a serem pagos à(ao) CONTRATADA(O) a soma dos valores referentes a multas.

Cláusula 15ª - Caso por motivo de sua responsabilidade a(o) CONTRATADA(O) não possa concluir o serviço de acordo com as condições contratuais estabelecidas, estará sujeita a uma multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do serviço.

PAGAMENTOS

Cláusula 16ª - Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até décimo dia do mês corrente após a apresentação da nota fiscal.

Cláusula 17ª - Para a realização dos pagamentos relativos ao cumprimento dos eventos contratuais desta contratação, é necessário que as **provas de regularidade perante o INSS e FGTS**, estejam válidos na data do pagamento da parcela contratual. Para tanto, a(o) CONTRATADA(O) deverá anexar aos documentos de cobrança, cópia das respectivas certidões que comprovem a situação desta regularidade.

Cláusula 18ª - A não apresentação no prazo acima importa na prorrogação do vencimento por período equivalente ao atraso.

Cláusula 19ª - Para se habilitar ao recebimento do valor do faturamento mensal, a(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar 01 (uma) via do documento de cobrança, acompanhada de uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS, quitadas, mais relatório das atividades desenvolvidas e relatório processual atualizado, diretamente ao órgão gestor do Contrato, na sede do CRESS.

Cláusula 20ª - As guias de recolhimento do INSS e FGTS deverão ser do mês anterior ao do faturamento em curso.

Cláusula 21ª - No caso de primeiro faturamento fica dispensada a apresentação destas guias junto com o documento de cobrança correspondente. No caso de último faturamento deverão ser apresentadas as guias de recolhimento do mês anterior juntamente com as do mês em curso.

Cláusula 22ª - A não apresentação de cópia autenticada, das guias de recolhimento do INSS e/ou FGTS do mês anterior ao do faturamento, implicará na retenção do crédito, até o cumprimento deste dispositivo contratual.

Cláusula 23ª - No caso de último faturamento, a não apresentação das guias de recolhimento do INSS e FGTS do mês em curso, implicará na retenção de 30% (trinta por cento) do crédito, até o cumprimento deste dispositivo contratual.

Cláusula 24ª - O prazo para processamento de pagamento do crédito retido será de 15 (quinze) dias a contar da apresentação dos documentos faltantes no órgão gestor do contrato.

Cláusula 25ª - As guias de recolhimento deverão conter o número do instrumento contratual, colocado como observação.

Cláusula 26ª - A aprovação do documento de cobrança e conseqüente liberação do pagamento pelo órgão financeiro estará condicionada a aprovação das guias pelo órgão gestor do contrato.

Cláusula 27ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da(o) CONTRATADA(O) e as multas previstas no presente contrato.

Cláusula 28ª - Em caso de não cumprimento pela(o) CONTRATADA(O) de disposição contratual, devidamente comprovado e comunicado por escrito pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 11.ª REGIÃO/PR, os pagamentos posteriores poderão, a critério desta, ficar retidos até solução final sem prejuízo de quaisquer outras disposições contratuais.

ENCARGOS DO CONTRATADO

Cláusula 29ª - Observar a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, na prestação dos serviços objeto desse contrato.

Cláusula 30ª - Efetuar o acompanhamento das publicações no Diário da Justiça de Mato Grosso, dos processos em tramitação nesse Estado.

Cláusula 31ª - Elaborar relatório mensal, encaminhando-o ao CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, informando acerca dos atos praticados em cada processo, bem como da situação processual dos demais processos sob sua responsabilidade.

Cláusula 32ª - Não substabelecer os poderes que lhe forem outorgados pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, salvo prévia e expressa autorização.

Cláusula 33ª - Manter escritório na cidade de Cuiabá-MT, sendo recomendável dispor de equipamento fac-símile, e-mail e telefone celular para contato.

Cláusula 34ª - Se entender conveniente, poderá formular sugestões ao CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, para que em novos processos, esta reveja suas peças contestatórias, recursais, etc., inclusive com o levantamento de determinadas teses, levando em consideração os votos e decisões que vêm sendo praticadas nos Tribunais do Brasil.

Cláusula 35ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS ainda se reserva no direito de exigir que qualquer peça processual, elaborado pela(o) CONTRATADA(O), seja previamente submetida à sua apreciação.

ENCARGOS DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 20.ª REGIÃO/MT

Cláusula 36ª - Fornecer, quando solicitados, documentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do objeto desse contrato.

Cláusula 37ª - Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O), na forma estabelecida neste instrumento.

Cláusula 38ª - Outorgar à(ao) CONTRATADA(O) a devida procuração *ad juditia*, quando necessário, para que possa cumprir o objeto deste contrato.

Cláusula 39ª - Arcar com o pagamento das custas processuais ou ressarcir a(o) CONTRATADA(O) das mesmas, mediante a apresentação de guias de recolhimento.

CARÁTER CONFIDENCIAL DO CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

Cláusula 40ª - Todos os dados ou detalhes dos serviços que a(o) CONTRATADA(O) venha a conhecer ou obter no decorrer dos trabalhos, não poderão, de forma alguma, ser entregue à publicidade ou conhecimento de terceiros, sem autorização expressa e por escrito do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS-MT.

ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 41ª - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula 42ª - O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se o disposto no seu artigo 77.

Cláusula 43ª – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei. 8.666/93 cuja multa corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

Cláusula 44ª – Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n.º 8.078/90;

Cláusula 45ª - Os valores das multas serão deduzidos dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito e cobradas judicialmente, na forma autorizada pelo § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93 com demais alterações;

Cláusula 46ª – Se a CONTRATADA discordar das demais penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá esta apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Cláusula 47ª – Este ajuste poderá ser rescindido também, se a CONTRATADA subcontratar o direito do presente contrato sem a prévia aprovação do CONTRATANTE, bem assim, se a execução dos serviços não atender às especificações contratadas, ou estiver em desacordo com as normas técnicas legal e usualmente adotadas, excetuando-se os trabalhos e decisões que a CONTRATADA não der causa.

Cláusula 48ª - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE e, os casos em que a CONTRATADA não der causa, devido à peculiaridade cada etapa do serviço, o atraso na execução dos serviços contratados, implica no pagamento pela CONTRATADA de multa diária no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, e em consequência isenta o CONTRATANTE do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

Cláusula 49ª - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da(o) CONTRATADA(O).

Cláusula 50ª - Obriga-se a(o) CONTRATADA(O) a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da(o) CONTRATADA(O), fica o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS desde já autorizado a suspender os pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

Cláusula 51ª - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a(o) CONTRATADA(O) e o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS.

Cláusula 52ª - A(O) CONTRATADA(O) responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a(o) CONTRATADA(O), empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cláusula 53ª - Caso haja condenação do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, inclusive como responsável subsidiária, o CONTRATADA(O) reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

Cláusula 54ª – A (O) CONTRATADA(O) obriga-se a manter, durante a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na correspondente licitação que a originou.

TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Cláusula 55ª – Este Contrato não poderá ser oferecido como objeto de penhor ou transferido de qualquer forma, no seu todo ou em parte.

SUBSTABELECIMENTO

Cláusula 56ª - Fica expressamente vedado o substabelecimento do Instrumento de Mandato outorgado em favor da(o) CONTRATADA(O), salvo quando há formal concordância do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS.

SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS POR INTERESSE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 20.ª REGIÃO/MT

Cláusula 57ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS-MT poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito a(o) CONTRATADA(O), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 58ª - Nos casos de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, além das despesas realmente efetuadas e devidamente comprovadas, que, a critério do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, sejam decorrentes da interrupção, serão incluídas na medição intermediária, que ocorrer, os serviços executados até a interrupção, a não ser que a suspensão tenha sido originada por má qualidade dos serviços prestados.

NOVAÇÃO

Cláusula 59ª - A não utilização por parte do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus

termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação de sanção ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

LEIS E REGULAMENTOS

Cláusula 61ª - A(O) CONTRATADA(O) deverá manter-se plenamente informada(o) e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei.

DISPUTAS E AÇÃO LEGAL

Cláusula 60ª - Quaisquer disputas, controvérsias ou dificuldades de qualquer espécie que surjam entre a(o) CONTRATADA(O) e o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT, resultante de, ou relativas a este Contrato, ou relacionadas de qualquer modo com a prestação de serviços, tanto anterior quanto posteriormente a sua conclusão, quer seja antes ou depois de qualquer dano, abandono, infração ou rescisão do Contrato, e que não possam ser solucionados por acordo mútuo, serão resolvidas judicialmente, cabendo a iniciativa da medida judicial a qualquer uma das partes.

LEIS E REGULAMENTOS

Cláusula 61ª - A(O) CONTRATADA(O) deverá manter-se plenamente informada(o) e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei.

Cláusula 62ª - A(O) CONTRATADA(O) será responsável e indenizará o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 11.ª REGIÃO/PR e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus empregados. A(O) CONTRATADA(O) será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos a prestação dos serviços.

Cláusula 63ª - Aplica-se ao presente instrumento contratual, bem como aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93.

VALOR E RECURSOS DESTE CONTRATO

Cláusula 64ª - O valor total deste Contrato é de **R\$ (XXXXXXX) anual**, a preços de junho/2018.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Assume integralmente a responsabilidade técnica pelos serviços o advogado XXXX OAB-MT XXXX, o qual será solidariamente responsável por todos os atos praticados por si e pelos demais membros da sociedade contratada.

FORO

Cláusula 65ª - Fica eleito, para dirimir eventuais controvérsias oriundas desta contratação, o Foro da Comarca de Cuiabá - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Cuiabá – MT, _____ de _____ 2018.

**Conselho Regional de Serviço Social
CRESS 20ª Região/MT
CONTRATANTE**

**CONTRATADA
ASSESSOR/A JURÍDICO**

Testemunhas:

Nome completo

CPF

Nome completo

CPF

MODELO PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO V

Licitante: CNPJ (MF): Inscrição na OAB: Relação de advogados sócios e/ou dos associados e/ou empregados que serão utilizados na prestação de serviços constante do objeto deste Edital:

Nome: _____ Inscrição na OAB: _____
 Nome: _____ Inscrição na OAB: _____
 Nome: _____ Inscrição na OAB: _____
 Nome: _____ Inscrição na OAB: _____

Identificação de apenas um advogado que será utilizado para fins de pontuação técnica e que deve ser o mesmo que assumirá a responsabilidade técnica do contrato:

Nome: _____ Inscrição OAB nº _____

ITEM	REQUISITOS
A	Experiência Forense na 1ª Instância
B	Experiência Forense na 2ª Instância
C	Experiência Forense em Instância Superior
D	Tempo de exercício profissional
E	Titulação acadêmica
F	Atuação em Defesa de Autarquias Públicas e de Profissionais Do Serviço Social
TOTAL	MÁXIMO (60) PONTOS

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura identificada

REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO

A) PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA FORENSE NA 1ª INSTÂNCIA

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
Comprovação da atuação em até 100 processos em primeira instância perante a Justiça Federal	02 PONTOS
Comprovação da atuação de 101 a 500 processos em primeira instância perante a Justiça Federal, Trabalhista e Estadual	05 PONTOS
Comprovação da atuação acima de 501 processos em primeira instância perante a Justiça Federal, Trabalhista e Estadual	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

Comprovação da pontuação: Serão admitidas para fins de comprovação da referida pontuação certidões expedidas pelo distribuidor (Federal, Estadual e do Trabalho), ou ainda, extratos obtidos através da INTERNET.

B) PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA FORENSE NA 2ª INSTÂNCIA

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Comprovação da atuação em até 250 processos em segunda instância perante a Justiça Federal, Trabalhista e Estadual	05 PONTOS
2) Comprovação da atuação acima de 251 processos em primeira instância perante a Justiça Federal, Trabalhista e Estadual	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

Comprovação da pontuação: Serão admitidas para fins de comprovação da referida pontuação certidões expedidas pelo distribuidor (Federal, Estadual e do Trabalho), ou ainda, extratos obtidos através da INTERNET.

C) PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA FORENSE NA INSTÂNCIA SUPERIOR:

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Comprovação da atuação em até 20 processos perante os Tribunais Superiores(STF, STJ e TST)	05 PONTOS
2) Comprovação da atuação de 21 a 100 processos em perante os Tribunais Superiores(STF, STJ e TST)	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

Comprovação da pontuação: Certidões expedidas pelas secretarias ou órgãos equivalentes, ou ainda, sentenças obtidas nos próprios autos, ou extratos obtidos através da INTERNET, ou ainda, diretamente nos equipamentos de autoatendimento disponíveis nos Fóruns.

D) PONTUAÇÃO DO TEMPO DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Declaração que comprove registro na OAB do responsável técnico da pessoa Jurídica até 5 anos.	02 PONTOS
2) Declaração que comprove registro na OAB do responsável técnico da Pessoa Jurídica acima de completos até 10 anos.	05 PONTOS
3) Declaração que comprove registro na OAB do responsável técnico da Pessoa Jurídica acima de 10 anos completos.	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

Comprovação da pontuação: Certidões expedidas pela OAB.

E) PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Pós graduação	02 PONTOS
2) Mestrado	05 PONTOS
3) Doutorado	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

Comprovação da pontuação: Apresentação do diploma/certificado do curso

F) PONTUAÇÃO DE ATUAÇÃO EM DEFESA DE AUTARQUIAS PÚBLICAS E DE PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

REQUISITO BÁSICO	PONTOS
1) Comprovação de atuação em processos na defesa de autarquias públicas e de profissionais do serviço social em até o número de 20 processos.	05 PONTOS
2) Comprovação de atuação em processos na defesa de autarquias públicas e de profissionais do serviço social em número de 21 a 100 processos.	10 PONTOS
Pontuação máxima: 10 pontos	

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Na hipótese do licitante deixar de apresentar a documentação de comprovação da pontuação ou essa for considerada defeituosa, a mesma será desconsiderada no item a que se referir;
2. Todos os documentos utilizados para a obtenção de pontuação de advogado deverão se referir a apenas um advogado indicado (sócio, associado ou empregado), devendo esta condição ser comprovada com a juntada à proposta técnica de cópia do contrato social ou da

certidão da OAB que comprova a condição de associado ou da CTPS do advogado indicado onde comprova sua condição de empregado.

3. A documentação apresentada para fins de obtenção da pontuação deverá se referir obrigatoriamente ao advogado indicado na proposta técnica e que assumirá a responsabilidade técnica do contrato;

4. Todos os documentos deverão ser apresentados por cópia autenticada, exceto os extraídos da internet.

Cuiabá-MT, 25 de abril de 2018.

Conselho Regional de Serviço Social
CRESS 20ª Região/MT